	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	1 de 15

FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC

Nº Chamado do GLPI _____

1. DO OBJETO

Credenciamento para a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de atendimento móvel pré-hospitalar e inter-hospitalar, abrangendo ambulância do tipo B e tipo D, (tripulada), com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais, necessários para a execução dos serviços para atender a demanda de eventos da Fundação Parque Tecnológico Itaipu Brasil, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

LOTE	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE
ÚNICO	Ambulância Tipo B – com enfermeiro na equipe	Hora
	Ambulância Tipo D – com médico e enfermeiro na equipe	Hora

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista que a Fundação PTI-BR recebe vários eventos, e também levando em consideração à distância do Parque dos principais centros de saúde da cidade, a contratação de serviço especializado de remoção, evacuação pré-hospitalar e inter-hospitalar (ambulância tripulada) mostra-se essencial, devido à assistência integralizada e de qualidade em casos de urgência e emergência. Sabe-se que, o primeiro atendimento deve ser rápido e eficiente a vítimas em situações de risco, pois é fundamental para a vida. Os momentos entre a situação de urgência e emergência e a chegada do atendimento especializado são cruciais para aumentar as chances de sobrevivência da vítima.


2.2. Optou-se pelo credenciamento porque é do interesse da Fundação PTI-BR obter o maior número possível de prestadores de serviços de atendimento móvel pré-hospitalar e inter-hospitalar, abrangendo ambulância do tipo B e D, já que tais serviços podem ser executados, simultaneamente, por diversas empresas de maneira satisfatória.

2.3. O credenciamento possibilita à Fundação PTI-BR manter um cadastro de empresas pré-habilitadas a prestar os serviços, garantindo agilidade e segurança na contratação.

3. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1. Os serviços de ambulância se classificam em:

3.1.1. Ambulância de Suporte Básico (Tipo B): Ambulância para atendimento e transporte pré-hospitalar e inter-hospitalar de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino. Deverá contar com os equipamentos médicos descritos a seguir, conforme legislação vigente:


	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	2 de 15
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

3.1.1.1. Materiais e equipamentos mínimos:

- Sinalizador óptico e acústico;
- equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel;
- maca articulada e com rodas;
- suporte para soro;
- instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída;
- oxigênio com régua tripla (a alimentação do respirador; b fluxômetro e umidificador de oxigênio e c - aspirador tipo Venturi);
- manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação;
- cilindro de oxigênio portátil com válvula;
- maleta de urgência contendo: estetoscópio adulto e infantil, ressuscitador manual adulto/infantil, cânulas orofaríngeas de tamanhos variados, luvas descartáveis, tesoura reta com ponta romba, esparadrapo, esfigmomanômetro adulto/infantil, ataduras de 15 cm, compressas cirúrgicas estéreis, pacotes de gaze estéril, protetores para queimados ou eviscerados, cateteres para oxigenação e aspiração de vários tamanhos;
- maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas e gazes estéreis, braceletes de identificação;
- suporte para soro;
- prancha curta e longa para imobilização de coluna;
- talas para imobilização de membros e conjunto de colares cervicais;
- colete imobilizador dorsal;
- frascos de soro fisiológico e ringer lactato;
- bandagens triangulares;
- cobertores;
- coletes refletivos para a tripulação;
- lanterna de mão;
- óculos, máscaras e aventais de proteção e maletas com medicações a serem definidas em protocolos, pelos serviços.

3.1.1.2 A ambulância deve obrigatoriamente ser tripulada por um motorista e um enfermeiro.


3.1.2. Ambulância de Suporte Avançado (Tipo D): Ambulância para atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e inter-hospitalar que

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	3 de 15
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

necessitam de cuidados médicos intensivos. Deverá contar com os equipamentos médicos descritos a seguir, conforme legislação vigente:

3.1.2.1. Materiais e equipamentos mínimos:

- Sinalizador óptico e acústico;
- equipamento de rádio comunicação fixo e móvel;
- maca com rodas e articulada;
- dois suportes de soro;
- cadeira de rodas dobrável;
- instalação de rede portátil de oxigênio como descrito no item anterior (é obrigatório que a quantidade de oxigênio permita ventilação mecânica por no mínimo duas horas);
- respirador mecânico de transporte;
- oxímetro não invasivo portátil;
- monitor cardioversor com bateria e instalação elétrica disponível (em caso de frota deverá haver disponibilidade de um monitor cardioversor com marca marca-passo externo não-invasivo);
- bomba de infusão com bateria e equipo;
- maleta de vias aéreas contendo: máscaras laríngeas e cânulas endotraqueais de vários tamanhos;
- cateteres de aspiração;
- adaptadores para cânulas;
- cateteres nasais;
- seringa de 20ml;
- ressuscitador manual adulto/infantil com reservatório;
- sondas para aspiração traqueal de vários tamanhos;
- luvas de procedimentos; máscara para ressuscitador adulto/infantil;
- lidocaína geléia e "spray";
- cadarços para fixação de cânula;
- laringoscópio infantil/adulto com conjunto de lâminas;
- estetoscópio;
- esfigmomanômetro adulto/infantil;
- cânulas orofaríngeas adulto/infantil;
- fios guia para intubação;
- pinça de Magyll;
- bisturi descartável;
- cânulas para traqueostomia;
- material para cricotiroidostomia;
- conjunto de drenagem torácica;
- maleta de acesso venoso contendo: tala para fixação de braço;
- luvas estéreis;
- recipiente de algodão com anti-séptico;
- pacotes de gaze estéril;
- esparadrapo;
- material para punção de vários tamanhos incluindo agulhas metálicas, plásticas e agulhas especiais para punção óssea;
- garrote;
- equipos de macro e microgotas;
- cateteres específicos para dissecação de veias, tamanho adulto/infantil;

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	4 de 15
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

- tesoura, pinça de Kocher;
- cortadores de soro;
- lâminas de bisturi;
- seringas de vários tamanhos;
- torneiras de 3 vias;
- equipo de infusão de 3 vias;
- frascos de soro fisiológico, ringer lactato e soro glicosado;
- caixa completa de pequena cirurgia;
- maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas e gazes estéreis, braceletes de identificação;
- sondas vesicais;
- coletores de urina;
- protetores para eviscerados ou queimados;
- espátulas de madeira;
- sondas nasogástricas;
- eletrodos descartáveis;
- equipos para drogas fotossensíveis;
- equipo para bombas de infusão;
- circuito de respirador estéril de reserva;
- equipamentos de proteção à equipe de atendimento: óculos, máscaras e aventais;
- cobertor ou filme metálico para conservação do calor do corpo;
- campo cirúrgico fenestrado;
- almotolias com anti-séptico;
- conjunto de colares cervicais;
- prancha longa para imobilização da coluna.
- Para o atendimento a neonatos deverá haver pelo menos uma Incubadora de transporte de recém-nascido com bateria e ligação à tomada do veículo (12 volts). A incubadora deve estar apoiada sobre carros com rodas devidamente fixadas quando dentro da ambulância e conter respirador e equipamentos adequados para recém-natos.


3.1.2.2 A ambulância deve obrigatoriamente ser tripulada por um motorista, um enfermeiro e um médico.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Fundação PTI – BR, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. Os serviços deverão ser executados nas dependências da Fundação PTI –

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	5 de 15
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

BR, na Avenida Tancredo Neves, 6731, ou em outro local na cidade de Foz do Iguaçu, determinado pela área demandante.

4.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da solicitação da área demandante, conforme condições estabelecidas na ordem de serviço.

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA atuará mediante convocação e em razão da necessidade da Fundação PTI-BR.

5.2. A contratada deve disponibilizar ambulância, nos moldes do **item 03** e equipe capacitada de acordo com o **item 11**, para realizar pronto-atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar de urgência e emergência

5.3. A execução dos serviços será iniciada após a emissão pela Fundação PTI-BR do documento Ordem de Serviço (OS), devidamente aprovada pelo representante da Fundação PTI-BR e com rubrica do representante da CONTRATADA.

5.3.1. Em função das necessidades da Fundação PTI-BR, a Ordem de Serviço (OS) poderá ser comunicada por meio eletrônico à CONTRATADA e formalizada, posteriormente, com a emissão do documento datado e assinado pelas partes.

5.3.2. A Ordem de Serviço (OS) deverá especificar o escopo do trabalho a ser executado, contendo:

- a) Identificação do trabalho (título e numeração);
- b) Data de solicitação;
- c) Local da ocorrência do serviço;
- d) Enquadramento dos serviços, conforme escopo deste Termo de Referência;
- e) Detalhamento do pedido e características técnicas, bem como prazos e outras especificações de entrega, a critério da Fundação PTI-BR.

5.3.3. Eventuais alterações quanto ao detalhamento especificado na Ordem de Serviço (OS) deverão ser acordadas entre as partes e, devidamente, registradas por escrito em documentos anexos à Ordem de Serviço (OS).


5.3.4. A rubrica do representante da CONTRATADA configura recebimento e aceitação das instruções expressas na Ordem de Serviço (OS) e em seus anexos.

5.4. A CONTRATADA considera-se, perfeitamente, informada das condições pactuadas, bem como totalmente informada quanto ao local, data e horários onde serão executados os serviços.

5.5. Durante a prestação de serviço, a Contratada deverá manter toda a documentação solicitada no **item 11.4** deste termo na ambulância e os profissionais devem estar uniformizados.

5.6. Os serviços serão solicitados com antecedência mínima de até 24 horas anteriores a data do evento.

5.7. Durante o evento por força maior ou se o gestor julgar necessário a permanência da ambulância por um período maior que o previsto na ordem de

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	6 de 15
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

serviço, a tripulação e empresa será comunicada da necessidade das horas excedentes.

5.8. É de responsabilidade do prestador do serviço a Regulação Médica, junto as entidades competentes para definir um plano de deslocamento de acordo com a enfermidade de cada paciente.

5.9. O prestador do serviço deverá informar o plano de Regulação Médica 24 horas antes da execução do serviço.

5.10. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.11. Os serviços deverão ser verificados pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.13. A realização do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.14. Todas as despesas com a execução dos serviços, tais como: mão de obra, transporte alimentação com a entrega, encargos, impostos de qualquer natureza incidente sobre o objeto do presente, são de inteira responsabilidade e risco da empresa contratada.

6. DA CONTRATAÇÃO


6.1. As empresas que atenderem aos requisitos deste Termo de Referência, do Edital e de seus anexos e apresentarem toda a documentação solicitada serão consideradas credenciadas a prestar os serviços para a Fundação PTI-BR.

6.2. A prestação dos serviços poderá ser solicitada enquanto perdurar a vigência do edital de credenciamento ao qual este termo de referência está vinculado.

6.3. O credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ato formal e unilateral da Fundação PTI-BR, comunicando, expressamente, ao Contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, hipótese em que será procedido o descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

6.4. O credenciado que se declarar impedido de atender alguma demanda deverá apresentar justificativa no prazo de até 12 horas após o recebimento da Ordem de Serviços, informando os motivos que impossibilitam o cumprimento da ordem de serviços.

6.4.1. Caso a justificativa apresentada não seja aceita pela área gestora do

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	7 de 15
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

credenciamento, a empresa poderá ser descredenciada, ficando impedida de apresentar novo requerimento de credenciamento no prazo de vigência deste edital, respeitando-se o contraditório e ampla defesa.

6.5. São de inteira responsabilidade do CREDENCIADO as obrigações pelos encargos previdenciários, sociais, fiscais, trabalhistas, securitários e comerciais resultantes de execução do serviço.

6.6. O credenciamento ou instrumento contratual celebrado com o interessado habilitado não gera qualquer vínculo empregatício com a Fundação PTI-BR.

6.7. Da alternatividade entre os credenciados.

6.7.1. A solicitação dos serviços será conforme a necessidade e conveniência da Fundação PTI-BR, sendo respeitada a alternatividade entre os credenciados, sempre excluída a vontade da Fundação PTI-BR na determinação da demanda por credenciado.

6.7.2. Havendo mais de um credenciado, a prestação dos serviços ocorrerá mediante o sistema de rodízio, iniciado por sorteio. A ordem de sorteio estabelecerá a ordem de chamada dos credenciados. Desta forma, o primeiro sorteado será convocado para primeira vaga disponível, e assim sucessivamente.

6.7.3 Aqueles que forem credenciados após o prazo inicial de envio de documentos previsto em edital, entrarão no final da ordem da lista de atendimento estabelecida pelo sorteio.

6.7.4 O critério que será utilizado no rodízio é a alternância de credenciados, ou seja, o mesmo credenciado não poderá atender duas solicitações em sequência.

6.7.5 O sorteio será realizado na Fundação PTI-BR com divulgação prévia da data e o resultado será disponibilizado no site www.pti.org.br.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;


7.1.2. Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados, provisoriamente, com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada por intermédio de colaborador especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

7.2. A Fundação PTI-BR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com Terceiros, ainda que vinculados à execução do presente credenciamento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	8 de 15
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do credenciamento, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

8.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão a Fundação PTI-BR para a execução do serviço;

8.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas neste instrumento, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;


8.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.12. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Termo de Referência;

8.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	9 de 15
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto;

8.15. Nos preços deverão estar incluídos todas as obrigação e encargos, enfim, todos os custos decorrentes da contratação, inclusive despesas de transportes e estadia em Foz do Iguaçu, não cabendo à Fundação PTI-BR qualquer despesa adicional.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da sua escorreita execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do pactuado, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato.

10.1.1. O representante da Fundação PTI-BR deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução contratual.

10.1.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

10.2. A verificação da adequação da execução do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

10.3. A execução dos contratos, quando for o caso, deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 137 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação PTI – RELC, quando for o caso.


10.4. O gestor do contrato ou o fiscal designado deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme § 2º do Art. 137 do RELC.

10.5. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, ensejará a aplicação das sanções cabíveis, podendo culminar com a rescisão contratual.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. A CONTRATADA deverá ser especializada em locação de ambulância e remoção de pacientes com unidade móvel cuja a função é prestar atendimento médico em caso de urgência, emergência, além disso deve ter experiência no tipo de serviço prestado, referente às atividades do presente objeto, garantindo condições técnicas e profissionais para a execução do serviço.

11.2. A qualificação técnica da empresa deverá ser comprovada mediante

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	10 de 15
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

apresentação da seguinte documentação.

11.2.1. Ambulância de Suporte Básico – Tipo B

Quanto ao enfermeiro:

- Diploma de Enfermeiro, registrado no Conselho Regional de Enfermagem;
- Termo de responsabilidade técnica do COREN;
- Habilitação para ações de enfermagem no Atendimento Pré-Hospitalar Móvel por um Núcleo de Educação e Urgências, conforme exigido na Portaria 2.058/2002 do Min. Da Saúde.

Quanto ao motorista:

- Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria D;
- Ser maior de 21 anos;
- Certificado de curso de emergência de prática veicular, nos termos da normalização do COTRAN.

11.2.1.1 A CONTRATADA deverá comprovar o vínculo entre a empresa e os profissionais indicados. A comprovação do vínculo far-se-á por documento como cópia do livro ou da ficha de registro de empregados, carteira profissional, contrato de trabalho ou de prestação de serviços, entre outros e no caso de vínculo societário a prova far-se-á por meio de Contrato Social e suas alterações, devidamente arquivado na Junta Comercial.

11.2.2. Ambulância de Suporte Avançado - tipo D

Quanto ao enfermeiro:


- Diploma de Enfermeiro, registrado no Conselho Regional de Enfermagem;
- Termo de responsabilidade técnica do COREN;
- Habilitação para ações de enfermagem no Atendimento Pré-Hospitalar Móvel por um Núcleo de Educação e Urgências, conforme exigido na Portaria 2.058/2002 do Min. Da Saúde.

Quanto ao médico:

- Diploma de Médico, registrado no Conselho Regional de Medicina;
- Termo de responsabilidade técnica no CRM;
- Habilitação ao exercício da medicina pré-hospitalar por um Núcleo de Educação e Urgências, conforme exigido na Portaria 2.058/2002 do Min. Da Saúde.

Quanto ao motorista:

- Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria D;
- Ser maior de 21 anos;
- Certificado de curso de emergência de prática veicular, nos termos da

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	11 de 15
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

normalização do COTRAN.

11.3.1.1 A CONTRATADA deverá comprovar o vínculo entre a empresa e os profissionais indicados. A comprovação do vínculo far-se-á por documento como cópia do livro ou da ficha de registro de empregados, carteira profissional, contrato de trabalho ou de prestação de serviços, entre outros e no caso de vínculo societário a prova far-se-á por meio de Contrato Social e suas alterações, devidamente arquivado na Junta Comercial;

11.4. A empresa a ser contratada, deverá atender as exigências da Portaria 2.048/2002 do Ministério da Saúde, a Resolução SESA nº 251/2014 da Secretaria da Saúde do Paraná e a Resolução COFEN nº 375/2011, apresentando e mantendo atualizada a documentação a seguir:

11.4.1. Licença Sanitária do veículo por categoria, conforme previsto no Art.3 da Resolução SESA nº 251/2014;

11.4.2. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;

11.4.3. Licença de funcionamento da pessoa jurídica fornecida pela vigilância sanitária;

11.4.4. Certificado de inscrição da pessoa jurídica emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem;

11.4.5. Certificado de inscrição de pessoa jurídica emitido pelo Conselho Regional de Medicina;


11.4.6. 01 (um) ou mais atestado (s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação do serviço de pronto socorro móvel de emergências e urgências médicas pré-hospitalares, na modalidade área protegida, por ambulância de suporte avançado (tipo B e D).

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. São consideradas infrações graves para fins do presente contrato:

- a) apresentação de documento falso;
- b) qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- c) a má-fé na relação contratual;
- d) inexecução total de qualquer das obrigações assumidas;
- e) não pagamento pela CONTRATADA, das verbas trabalhistas;
- f) inadimplemento fiscal e previdenciário;

12.2. Para toda e qualquer ofensa a deveres contratuais, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	12 de 15
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

I - Advertência para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante.

II - Multa Moratória equivalente a 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor atualizado do Contrato, por dia de atraso.

III - Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato ou por ato que frustre ou fraude a licitação, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR, por até 5 (cinco) anos.

12.2.1 Considera-se inexecução total do instrumento contratual o atraso na execução dos serviços por mais de 2 (duas) horas.

12.3. As infrações, independentemente de sua gravidade, poderão ser aplicadas de modo cumulativo, mais de uma penalidade, sem prejuízo da eventual rescisão contratual sem o direito à indenização.

12.4. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Fundação PTI-BR, nos termos do art. 157 do RELC:

I) às pessoas físicas integrantes do quadro societário da pessoa jurídica independentemente de nova pessoa jurídica que vieram a criar ou de outra em que figurarem como sócios.

II) às pessoas jurídicas que possuam sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

12.5. A Fundação PTI-BR poderá rescindir o contrato caso o montante correspondente à soma dos valores das multas moratórias ultrapassarem a 10% (dez por cento) do valor total atualizado deste Contrato.

12.6. Se a multa aplicada não for suficiente para cobrir os prejuízos causados à Fundação PTI-BR, poderá esta, justificadamente, requerer a diferença a que tem direito.


12.7. As sanções de advertência e suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR, por até 5 (cinco) anos poderão ser aplicados, juntamente, às sanções de multa, a depender do caso e a sua aplicação, ainda que de forma cumulada, não exime a responsabilidade de indenizar eventuais perdas e danos ocasionados à Fundação PTI-BR decorrentes do descumprimento contratual e/ou obrigação editalícia.

12.8. A multa não será aplicada caso o fato gerador em que incorreu a CONTRATADA tenha sido consequência de motivo de força maior ou caso fortuito.

12.9. A Fundação PTI-BR reserva-se o direito de deduzir dos valores devidos à CONTRATADA as multas aplicadas e a importância necessária ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos, que esta causar à Fundação PTI-BR ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

12.10. As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem nenhuma outra prevista em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à Fundação PTI-BR.

12.11. Na contagem dos prazos estabelecidos no Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias úteis consecutivos.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	13 de 15
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

12.12. A aplicação das penalidades previstas deverá ser realizada em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o art. 160 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil - RELC.

12.13. A CONTRATADA poderá interpor defesa e apresentar e/ou requerer a produção de provas, conforme o caso.

12.13.1. Da decisão final cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da intimação do ato. O deverá ser apresentado à autoridade que praticou o ato recorrido. O recurso será julgado pelo Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação PTI-BR

12.14. A não ocorrência das penalidades acima referidas, não impede que a Fundação PTI-BR rescinda, unilateralmente, o Contrato.

12.15. Na aplicação das sanções deverão ser considerados os danos resultantes da infração, situação econômico financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza, bem como a outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto, observado o princípio da razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação, art. 158 do RELC.

12.16. No caso de atraso do pagamento por parte da Fundação PTI-BR, a CONTRATADA poderá exigir as penalidades a seguir:

- a) multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da parcela pendente.
- b) juros de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da parcela pendente.

13. DO PAGAMENTO OU CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS PELAS ATIVIDADES REALIZADAS (FÍSICO/FINANCEIRO)

13.1. O pagamento ao credenciado será efetuado de acordo com a demanda, tendo por base o valor definido no edital.


13.2. É vedada a cobrança de qualquer sobretaxa em relação aos valores definidos no edital.

13.3. O pagamento da prestação de serviços será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, a contar do aceite do documento fiscal, desde que o(s) objeto(s) esteja(m) em conformidade com o solicitado pela Fundação PTI-BR.

13.3.1. O aceite do documento fiscal consiste na validação da Nota Fiscal, observados os dados cadastrais, retenções de tributos e contribuições, quando aplicáveis, e compatibilidade da CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica, com o objeto contratado.

13.3.2. A nota fiscal somente deverá ser emitida após a aprovação, por parte da Fundação PTI-BR, do(s) seguinte(s) documento(s):

- 1) "Ordem de Serviço/Compra", "Contrato" ou o Pedido de Compras" emitido pela Fundação PTI-BR;
- 2) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	14 de 15
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

- 3) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 5) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo e Serviço (FGTS);
- 6) Correspondência com a solicitação do respectivo pagamento, relativo à realização dos serviços executados;
- 7) Cópias das guias de recolhimento quitadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, GFIP e da Previdência Social (GPS) dos empregados da CONTRATADA que forem designados para a prestação dos serviços ora contratados, correspondente ao mês imediatamente anterior, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA, quando couber.

13.4. O pagamento dos serviços está condicionado às entregas das solicitações dos mesmos (pela CONTRATADA), a aprovação pela Fundação PTI-BR do fornecimento e serviços realizados, a entrega da documentação completa exigida para liberação do pagamento conforme prazos e condições a serem firmados em contrato;

13.5. Quando a CONTRATADA for optante do SIMPLES NACIONAL, for isenta ou imune, deverá entregar, com o documento fiscal, a declaração correspondente ao enquadramento e o respectivo anexo, quando aplicável.

13.6. Os documentos fiscais deverão ser preenchidos em nome da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – BR, CNPJ 07.769.688/0001-18, com natureza jurídica de entidade privada sem fins lucrativos, inscrição Municipal 36.687, Não Contribuinte de ICMS, endereço Avenida Tancredo Neves nº 6731, CEP 85.867-900, Bairro Itaipu, Foz do Iguaçu (PR);


13.6.1. Nos documentos fiscais deverão constar o número do pedido de compras, a descrição objetiva e clara dos serviços prestados, e o destaque das retenções de Tributos, quando aplicáveis.

13.6.2. Todos os documentos fiscais eletrônicos devem ser enviados para o e-mail: nfeletronica@pti.org.br e as Notas Fiscais manuais devem ser enviadas para a área de recebimento.

13.7. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA, quando couber, estarão sujeitos à retenção de tributos, conforme legislação vigente:

- I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
- II - Contribuição social previdenciária, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- III - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital;
- IV - Demais tributos incidentes sobre o objeto da contratação.

13.8. A CONTRATADA, quando da formalização de sua Proposta Comercial,

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	15 de 15
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

assumirá a responsabilidade de fazê-la com inclusão de todas as obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução do objeto contratado, não podendo ser atribuída à Fundação PTI-BR nenhuma despesa adicional, a qualquer título.

13.9. Caso a CONTRATADA não apresente a documentação completa exigida para liberação do pagamento da nota fiscal/fatura no prazo estabelecido, o respectivo pagamento dos serviços somente ocorrerá a 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação formal, pela CONTRATADA à Fundação PTI-BR, dos respectivos documentos faltantes.

13.10. A Fundação PTI-BR poderá, a seu critério, deduzir dos pagamentos devidos à CONTRATADA, valores cobrados pela mesma sem o devido respaldo contratual ou resultantes de multas ou qualquer outro débito da CONTRATADA decorrente dos compromissos assumidos neste Contrato.

13.11. No pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes do contrato, a Fundação PTI-BR deverá obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes motivos devidamente justificados pela autoridade competente.

14. CONSIDERAÇÕES GERAIS

14.1. Todas as despesas, encargos, fretes e impostos de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto do presente, honorários, taxa de agenciamento e todas as obrigações socioprevidenciárias são de inteira responsabilidade e risco da empresa vencedora.

14.2. Nos custos apresentados devem estar inclusas despesas necessários para com a contratação dos profissionais.

14.3. Durante todo o período de contratação, a empresa CONTRATADA deverá manter atualizada sua documentação e seus cadastros junto à Fundação PTI-BR.

15. APROVAÇÃO:

Valter Rigo Responsável técnico	Thiago Maycon Sanches Santos Responsável pelo Centro de Custo
Data: __/__/__ Área:	Data: __/__/__ Área: